



Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 10 DE MAIO DE 1988

ANO XIV

2.^a **SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA**
ATA DA 30.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 10 DE MAIO DE 1988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Sabino Campos e Alexandre Ceranto.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, Acyr Messadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Passuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado e Werner Wanderer (43). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Lindolfo Júnior, José Alves, Antônio Bárbara, Dirceu Manfrinato, Homero Oguido, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti e Valderi Mendes Vilela (09). Achando-se em licença os seguintes Srs. Deputados: Cândido Bastos e Domingos Scarpellini (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Essa Presidência já tinha anunciado o

resultado, e o Sr. 1º Secretário iria ler o expediente que se encontra sobre a mesa.

O SR. PEDRO TONELLI - Vossa Excelência leu muito rápido.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Exatamente com rapidez que se mostra a eficiência.

O SR. PEDRO TONELLI - De qualquer forma, requero verificação de votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 72/88

Curitiba, 09 de maio de 1988.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a concessão de uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência a JOSEFINA APARECIDA BARBOSA, viúva de Cícero Barbosa Sobrinho, ex-Prefeito do município de Boa Vista da Aparecida.

O plano de lei ora submetido a exame e apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa, consubstancia medida que, sob todos os aspectos, é plenamente justa e oportuna, pois virá assegurar meios de sobrevivência à viúva do Senhor Cícero Barbosa Sobrinho, falecido recentemente em trágico acidente automobilístico, quando ainda no desempenho do mandato de Prefeito de Boa Vista da Aparecida, para cujo cargo foi eleito nas eleições de 15 de novembro de 1982.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ALVARO DIAS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica concedida a JOSEFINA APARECIDA BARBOSA, viúva do ex-Prefeito do município de Boa Vista da Aparecida, Cícero Barbosa Sobrinho, uma pensão mensal no valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos de referência.

Parágrafo Único. A pensão de que trata esta lei, deixará de ser devida caso a beneficiária venha a contrair novas núpcias.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
A Diretoria Legislativa.

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, vem pelo presente informar à Mesa Executiva desta Casa que, a partir desta data, passam a responder pela Vice-Liderança da Bancada do PMDB, os seguintes Deputados:

TADEU LÚCIO MACHADO
LAURO LOBO ALCANTARA
DOMINGOS SCARPELLINI

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Sala das Sessões em 10.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO
Líder do PMDB

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 875

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para o Projeto de Lei n° 112/88.

Sala das Sessões em 10.05.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido justifica-se por ser da maior urgência homenagear este ilustre lapetano, denominando Darcy Borges da Silveira, o trecho rodoviário que liga os Municípios de Campo Tenente e Lapa.

REQUERIMENTO N° 873

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 90/88, de sua autoria, que autoriza o Poder Executivo a reduzir a jornada de trabalho do servidor público estadual, legalmente responsável por excepcional em tratamento especializado.

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

REQUERIMENTO N° 872

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a dispensa de discussão e votação da Redação Final para os Projetos constantes da Ordem do Dia da presente sessão e que não tenham sofrido emendas ao longo de suas tramitações, de acordo com o disposto no parágrafo único do Art. 58, do Regimento Interno, acrescido pela Resolução n°

116/86.

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

REQUERIMENTO N° 877

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições, após ouvido o Plenário, REQUER seja marcado para o dia 08 de junho de 1988, às 17 horas, o Ato Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, - Post Mortem - ao Excelentíssimo Sr. General Iberê de Mattos.

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 880

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscrive, líder do Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, na composição das Comissões Técnicas e Permanentes da Casa, seja observado com rigor o que determinam o inciso I, do Art. 16, da Constituição do Estado e os Artigos 37 e 38, do Regimento Interno.

Para melhor elucidar o presente, faço anexar o cálculo e a representação partidária no Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) ERONDY SILVÉRIO

REQUERIMENTO N° 874

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, votos de congratulações e manifestações de regozijo pelas comemorações alusivas ao Cinquentenário da Escola Estadual General Osório - Ensino de Primeiro Grau e Supletivo de Ponta Grossa, expressões essas atribuídas à pessoa de sua representante, diretora Maria de Fátima Borsato Guimarães, ao Corpo Docente, Discente e membros da Administração, daquele conceituado estabelecimento de ensino.

Da decisão do Plenário, requer ainda seja dada ciência aos homenageados, no seguinte endereço: Av. General Carlos Cavalcanti, 1553, Uvaranas - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões em 10.05.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Na oportunidade em que esse renomado estabelecimento de ensino, símbolo do orgulho da comunidade pontagrossense, comemora o seu Cinquentenário, não poderia este Deputado, na qualidade de representante da Região dos Campos Gerais e de Ponta Grossa, deixar de registrar nesta Casa de Leis o profundo significado desta data e o

reconhecimento de sua gente pelos relevantes serviços que prestou ao longo desses anos ao ensino paranaense, evidenciados pelos altos propósitos que sempre nortearam as suas administrações, cujos feitos são o resultado do esforço, da dedicação e do trabalho de profissionais que, a exemplo da professora Maria de Fátima Borsato, fizeram dessa Instituição de Ensino, um expoente da cultura e um instrumento de novos horizontes àqueles que, com sede de sabedoria, dele receberam o mais precioso legado.

É imbuído desse espírito de gratidão e de júbilo que, ao prestar nossa homenagem, fazêmo-la discorrendo sobre um pouco de sua história, que em si traduz, em grande parte, a própria história do ensino do Paraná.

Sob a denominação de Grupo Escolar General Osório, a atual Escola Estadual General Osório - Ensino de 1º Grau, Regular e Supletivo, começou a funcionar no ano de 1939, com cerca de 120 alunos, distribuídos em classes de primeira, segunda, terceira e quarta séries, contando com apenas 7 professores e tendo como primeiro diretor o Professor Valdevino Lopes. Posteriormente, pelo Decreto nº 7457/62, de 29 de março de 1962, publicado no Diário Oficial nº 24, de 30 de março de 1962, foi criado oficialmente o Grupo Escolar General Osório.

O prédio onde funcionava a então Escola General Osório, foi doado ao Estado em 1962, na gestão do Governador Manoel Ribas, em pagamento de uma dívida do município de Ponta Grossa ao Governo do Estado. Em 1968, passou a funcionar a Escola, então com a implantação da quinta série, sendo que, a partir de 1975, a Escola deixou de atender o Ensino de primeira à quarta séries, passando a atuar com séries de quinta à oitava, nos períodos da manhã, tarde e noite.

Pelo Decreto nº 1407/75, de 23 de dezembro de 1975, o Estabelecimento passou a denominar-se Escola General Osório - Ensino Regular e Supletivo de Primeiro grau, e através da Resolução 611/83, de 07 de março de 1983, publicado no Diário Oficial nº 1527, de 03 de maio de 1983, a Escola então passa a chamar-se Escola Estadual General Osório - Ensino de Primeiro Grau - Regular e Supletivo, denominação que ostenta até hoje.

Foram seus diretores: Valdevino Lopes (1939-1940); Plácido Cardon (1940-1946); Elzira Correia de Sá (1946-1961); Lydia Iansen Sanches (1961-1962); Elzira Correia de Sá (1962-1964); Emée Santos (1963-1966); Laís Borck Ditzel (1966-1979); Zélia Nadal Krauczuk (1979-1983); Valdomiro Anadskyj (1983-1985) e José Kasnodzei (1986-1987).

A Escola conta hoje com 1094 alunos no Ensino Regular e 52 no Supletivo, para cujo atendimento dispõe de pessoal altamente capacitado, o que lhe confere o alto conceito de que goza hoje perante o sistema educacional do nosso Estado.

REQUERIMENTO Nº 871

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, a formulação de voto de louvor aos jornalistas Elida Assenheimer e Luiz Alberto Souza Alves, pelo Artigo "Sem Ozônio Não Haverá Vida no Planeta", publicado no dia 08 de maio p.passado, na página 19 do Jornal "O Estado do Paraná", desta capital.

De conveniência e propriedade inigualável, a matéria editada trata de assunto de relevância mundial; a destruição da camada de ozônio que envolve a terra, pela proliferação de elementos utilizadores do CFC (Clorofluorcarbono).

Lamentavelmente a maioria de nós, somos hoje, inocentemente, agentes destruidores da camada de ozônio pela utilização indiscriminada de produtos nos quais é usado Clorofluorcarbono, dentre eles, os refrigerantes, os aerossóis, aparelhos de ar condicionado dentre outros.

O Artigo publicado vem exatamente, elucidar uma parte da população, nesse sentido o que acreditamos, deve ser motivo de aplausos do Poder Legislativo do Paraná.

Que da decisão da Casa, se dê ciência aos homenageados na Redação do Jornal "O Estado do Paraná".

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) AIGACI TÚLIO

REQUERIMENTO Nº 876

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de ofício ao Senhor Governador Álvaro Dias e ao Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Heinz Georg Herwig, visando a pavimentação asfáltica do trecho rodoviário que liga o distrito de São José do Ivaí a Porto Bentão.

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) EDUARDO BAGGIO

JUSTIFICATIVA:

Nosso pedido encontra respaldo no fato de o trecho em questão possuir apenas 8 Km de extensão e estar encravado em região muito rica, no que tange ao tipo de solo e à produção de arroz irrigado, além de ser grande geradora de ICM, muito embora não receba um retorno à altura por parte do Estado.

REQUERIMENTO N° 879

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja enviado ao jornal "Indústria e Comércio", na pessoa do seu Diretor, Senhor Odone Fortes Martins os cumprimentos deste Deputado, em razão das posições de coerência e independência jornalística tomadas pelos seus profissionais, na cobertura e divulgação dos trabalhos realizados nesta casa de leis, bem como agradecer e enaltecer o colunista Calil Simão, pelo espaço aberto aos parlamentares paranaenses para exporem suas idéias e convicções políticas no "Calil Simão Especial".

Sala das Sessões, em 10.05.88

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

É papel importante que a imprensa escrita e falada, ao desenvolverem seu trabalho na arte de divulgar e bem informar a opinião pública, procure respeitar o princípio da ética, como norma de conduta inerente aos profissionais das diferentes áreas de atuação.

O jornal "Indústria e Comércio" assim se tem posicionado, com total coerência e independência jornalística ao inserir em suas colunas, os fatos, os acontecimentos, os trabalhos e realizações desenvolvidas pelos parlamentares paranaenses.

Não basta, simplesmente, mostrar o lado negativo que acontece; é necessário e imprescindível, também, que se retrate o trabalho altamente positivo de todos os parlamentares para que a sociedade, no seu todo, possa aferir e julgar a atuação de cada um, na defesa dos interesses de todos os paranaenses.

É fácil criticar, quando pouco ou quase nada se faz para ajudar a construir um mundo melhor, uma nação mais forte e soberana. E a imprensa detém esse importante trunfo e, sobretudo, o dever inalienável de bem divulgar os eventos, principalmente, o que de bom acontece, como forma de otimizar a opinião pública e mobilizá-la na reformulação de um Brasil melhor para todos.

Por outro lado, se faz mister reconhecer, também, os bons valores e o profissional responsável, razão porque quero agradecer ao colunista Calil Simão pelo espaço aberto aos parlamentares paranaenses para exporem suas idéias, suas convicções políticas no seu Calil Simão Especial.

REQUERIMENTO N° 870

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o

envio de Pedido de Informações ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Professor Belmiro Valverde Jobim Castor, no seguinte teor:

1. Qual a clientela atendida hoje pela Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo? (N° de alunos).

2. Quais os cursos ministrados, a nível secundário, na Escola supra mencionada?

3. Quantos professores se encontram lecionando na Escola?

4. Quantos funcionários trabalham hoje na Escola e quais as funções que desempenham?

5. Pertencem os professores que estão lecionando na Escola ao quadro próprio do Estado, ou são contratados? (Especificar quantos e por quanto tempo estão contratados para lecionar).

6. Existe na SEED um plano para destinação de verbas no sentido de iniciar a reforma do prédio onde se encontra funcionando a Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo?

7. É de conhecimento da SEED a situação precária em que está funcionando hoje a solicitada escola, pelo já adiantado processo de destruição do prédio onde está instalada?

8. Quais as providências tomadas por parte da SEED para que seja iniciada a reforma do edifício que abriga a referida escola?

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo, localizada na Avenida Nossa Senhora Aparecida, 1743, no Bairro do Barigüi, em nossa Capital, funciona hoje, sob um imóvel quase que destruído pelo tempo e abandono.

As paredes rachadas reclamam por socorro. As goteiras em dias de chuva, inundam as salas de aula, obrigando os alunos e professores da Escola a arregaçarem as barras das calças para permanecerem nas salas de aula.

Os tacos soltam-se do chão, que já é quase todo de cimento à vista, provocando constantemente tropeços e quedas de alunos, professores e funcionários.

A instalação elétrica, em péssimo estado, coloca em risco a segurança dos estudantes e servidores da Escola, ameaçando um "curto" de consequências imprevisíveis.

Enfim, hoje a Escola Estadual Arthur Ribeiro de Macedo continua funcionando e atendendo aos alunos, por persistência da Direção do Estabelecimento, que até agora se recusou a fechar as portas, apesar da lamentável realidade em que se encontra.

Com este Pedido de Informações, acreditamos estar reforçando as constantes e

insistentes solicitações à SEED, feitas por parte dos pais, alunos e professores da Escola supra mencionada, de que se tome alguma providência no sentido de garantir, ao menos, a integridade física daqueles que à porta do Estado batem para receber um pouco de educação.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 127/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O Art. 1º, da Lei nº 8473, de 04 de maio de 1987, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Os atos e documentos relativos à identidade civil das pessoas com mais de 14 anos de idade ficam, no período compreendido entre 01 de agosto de 1988 e 01 de agosto de 1990, isentos da Taxa de Segurança de que tratam as Leis nº 7257, de 30 de novembro de 1979 e 7812, de 29 de dezembro de 1983".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) IRONDI PUGLIESI

JUSTIFICATIVA:

Com a decisão da Assembléia Nacional Constituinte de permitir o voto aos jovens de 16 anos, mister que se faça alterações na legislação vigente, a fim de adaptá-la à nova realidade.

É de conhecimento de todos, as dificuldades dos jovens pertencentes às classes menos privilegiadas, moradores da zona rural ou da periferia dos grandes centros urbanos, de adquirir documentos, os quais são indispensáveis para que eles entrem no mercado de trabalho.

O SR. PEDRO TONELLI - A democracia funciona.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Presidência agradece ao Sr. 1º Secretário e, no Pequeno Expediente, concede a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Aproveitamos a oportunidade que a sessão de hoje nos oferece, de termos a condição de nos dirigir aos nobres Parlamentares, para registrar a nossa participação nesta manhã, de uma reunião que entendemos se reveste da maior importância para o Estado do Paraná, para sua gente.

Porque é um assunto sobre o qual há muito esta Casa vem falando e tomando posições.

Nós nos recordamos que quando ainda

era Governador do Estado José Richa, esta Casa aprovou um requerimento de nossa autoria, que propunha, naquela ocasião, a criação de um grupo de trabalho, com a finalidade de promover um levantamento ou um diagnóstico das condições higiênicas e sanitárias, tanto do abate como da industrialização e também da comercialização da carne e seus derivados.

Naquela ocasião o Governador José Richa, entendendo a importância do assunto, por decreto criou esse grupo de trabalho. Mas, infelizmente, a Secretaria de Estado da Agricultura na época, dirigida pelo Dr. Klaus Germer, não fez com que esse decreto fosse levado adiante. Não tomou as devidas e necessárias providências, embora tenha iniciado algum procedimento a respeito, mas em nenhum momento se concluíram os trabalhos e o assunto ficou adormecido durante um longo tempo, a nível de Secretaria da Agricultura.

Com a eleição de Álvaro Dias para o Governo do Estado, esse assunto, Inspeção Estadual de Produtos de Origem Animal, Abatedouros Municipais, Abatedouros Regionais, voltou a ser discutido e foi incluído no Programa de Pecuária da Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

E reuniões foram realizadas e assuntos nesta área foram debatidos, não só pela Secretaria de Estado da Agricultura, mas também pela Delegacia do Ministério da Agricultura no Paraná e pela Secretaria de Estado da Saúde. E hoje, para nossa alegria e nossa satisfação, teve início o treinamento de 178 técnicos que irão inicialmente trabalhar em 64 municípios do Paraná, prestando um trabalho de assistência de supervisão, de orientação, por ocasião do abate de bovinos, suínos, aves e demais animais que vierem a ser abatidos nestes abatedouros municipais ou regionais, que já estão sendo construídos e que serão construídos pelo Governo do Estado.

O Ministério da Agricultura finalmente entendeu que poderia, num determinado momento, liberar a inspeção, para que ela também fosse praticada pelo Governo Estadual.

A Secretaria de Estado da Agricultura, na pessoa do Secretário Osmar Dias, da Secretaria de Estado da Saúde, na pessoa do Sr. Secretário Delcino Tavares, a Delegacia do Ministério, através do Dr. Ciro Peixoto, estão chegando num entendimento para montagem e formação de um grupo executivo que gerenciará, na sequência, os cuidados, que serão tomados, para que, no Paraná, a inspeção de carnes ou de produtos derivados do reino animal possa acontecer, não como hoje, onde pelo menos 80% dos produtos de origem animal que consumimos procedem de abatedouros não inspecionados. Haja vista que os abatedouros que

têm inspeção federal na sua maioria ou na totalidade, produzem ou propiciam a obtenção de produtos de origem animal destinado ao comércio com outros Estados ou para exportação. Hoje temos no Paraná, já identificados, 900 pontos onde se abate, e onde se manipula sem nenhuma inspeção, produtos de origem animal.

Nós precisamos dar total apoio a esta iniciativa da Secretaria de Estado da Agricultura, da Secretaria de Estado da Saúde e da Delegacia do Ministério no Paraná, para que possamos ter uma maior quantidade de produtos de origem animal sendo levados à mesa do consumidor, devidamente inspecionados e devidamente saudáveis, para a nossa segurança e de nossa gente.

Nós, os políticos, temos que nos conscientizar neste momento, porque na maioria das vezes, as pessoas vêm nos pressionar para que não fiscalizemos esses abates; vêm nos pressionar para que fechemos os olhos a estas situações. Nós temos que nos conscientizar de que é importante a saúde da população e que esta inspeção estadualizada irá se somar à inspeção hoje federalizada para o bem e para a saúde da nossa gente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Volto à tribuna para, mais uma vez, falar a respeito das mensalidades escolares e o desentendimento que ainda persiste.

Mais uma vez ficou provado que o Plano Cruzado, aquele mesmo que já foi cantado em prosa e verso, como sendo o estelionato político da história do Brasil, é também o responsável pelas altas verificadas nos últimos tempos, nas mensalidades escolares.

Desde 1968, os reajustes das mensalidades vinham ocorrendo de acordo com a política salarial. Quer dizer, se os reajustes de salários eram anuais, as mensalidades escolares também aumentavam somente uma vez por ano; se fossem semestrais, de igual modo também elas aumentavam.

Mas, com o famigerado plano cruzado, que dizia que iria fazer a inflação ficar a zero, tudo se complicou, daí para a frente, se agravando ainda mais quando, irresponsavelmente, foi assinado um decreto determinando que as mensalidades escolares não mais seriam fiscalizadas e sim, teriam a liberdade vigiada.

Foi o que bastou para que os estabelecimentos de ensino, agindo como os seden-

tos do deserto, fossem com muita sede ao pote. E o resultado é esta barbaridade que o povo hoje enfrenta, com as mensalidades sendo aumentadas para até três mil por cento, Srs. Deputados.

A pressão dos pais e alunos em todo o Brasil foi tão grande, que mesmo com má vontade, o Governo resolveu voltar atrás e foi então assinado um novo Decreto, voltando para a forma anterior, e determinando que as escolas que tivessem cobrado além do valor real estipulado, deveriam, inclusive, devolver o valor cobrado a mais ou fazer o desconto com abatimento das mensalidades de maio, ou até mesmo do mês de abril.

Mas, acontece que os carnês, agora expedidos em forma de uma folha mensal (já não existem mais os carnês com todos os meses, ou com pelo menos seis meses, existe somente uma folha mensal), continuam do mesmo jeito, com os pais ficando numa situação difícil para poderem mandar seus filhos à escola!

E, agora, surgiu uma cartilha, do Ministério da Educação, que dizem que é para ajudar a esclarecer as dúvidas quanto aos reajustes permitidos, tornando mais compreensível o Decreto que atualmente está em vigência. Só que é muito difícil para os pais calcularem, entenderem esta matemática de mensalidade escolar, deste reajuste. De repente, sai mais barato o pai não se incomodar e pagar a mensalidade do jeito que ela vem do que ter que contratar um técnico financeiro, um especialista em finanças, em matemática, para poder entender esta tal cartilha.

E, vejam os Srs., o absurdo. Segundo as informações, vieram apenas 60 mil cartilhas para o Paraná. Ora, quantos outros milhares de alunos ficarão sem esta cartilha, para quem sabe, poder se orientar em relação à prestação?

O desentendimento persiste. Muitas escolas estão questionando a retroatividade deste Decreto-Lei, e para complicar ainda mais o panorama, o Conselho Estadual de Educação não aceita a incumbência de ser o órgão fiscalizador dos aumentos destas mensalidades, chegando inclusive a delegar poderes para outros setores, como a própria CODEC, por exemplo!

O impasse persiste e o povo continua esquecido, abandonado e tendo que se submeter aos ditames ditatoriais dos estabelecimentos de ensino que continuam cobrando alto, como se nada tivesse sido mudado pelo Governo.

A situação é grave, o descontentamento aumenta dia a dia entre os pais de alunos, já que, de concreto mesmo, só foi o Decreto novo do Governo e a cartilha expedida pelo Ministério da Educação, que obriga cada pai de aluno a fazer cálculo baseado

em salários atuais de professores e com o valor das mensalidades em dezembro de 1987.

A coisa está difícil, a situação está difícil, e nós esperamos que o Governo Federal e que também a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa se reúna, no sentido de debater este assunto, que é importante, trazendo para esta Casa, como uma forma de valorização deste Parlamento, trazendo para discussão aqui, em alto nível, a exemplo do que aconteceu e vem acontecendo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, com relação à situação da Usina Segredo e em relação aos empreiteiros.

É preciso que esta Casa seja realmente o local para o debate, para que encontremos uma solução para os pais de alunos das escolas do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)
Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Sr. Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não usarei todos os cinco minutos que tenho, porque cinco minutos seria muito pouco tempo para o assunto que vou tratar. Mas, estou inscrito para o Grande Expediente desta semana ou da semana que vem, aonde abordarei este assunto.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, volta e meia está nas manchetes dos jornais, a questão dos salários dos deputados. Também, é comentado dentro desta Casa, por muitos deputados, o salário com relação aos desembargadores, o salário com relação aos juizes, e eu como parlamentar requeri ao Presidente do Tribunal de Justiça a informação real sobre os salários dos desembargadores, dos juizes de Instância Final, dos juizes de Instâncias Intermediária, dos juizes substitutos.

E aqui tenho hoje, nas minhas mãos, essas informações, e virei ao Grande Expediente falar sobre este assunto, assunto este que alguns deputados desta Casa discutem nos corredores, na sala da Presidência, por ocasião daquela reunião que lá tivemos, devo também citar o Tribunal de Justiça.

Terei o maior prazer, Senhor Presidente e Senhores Deputados, se possível amanhã ou depois, de vir a esta tribuna denunciar e falar a respeito dos salários dos desembargadores, dos juizes de 1. e 2. instâncias, e dos juizes substitutos.

Por isso, cinco minutos é muito pouco tempo. Mas aqui estarei, falando deste assunto que é de suma importância para cada um de nós, deputados. Deputados em que todos jogam pedras, no Poder Legislativo, por onde tem passado as grandes decisões

do Estado do Paraná. Ainda na semana passada, por aqui passou a questão das Universidades, muitos no interior têm elogiado este parlamento por aquela posição. Por aqui passou, também, a gratuidade do ensino e muitos outros assuntos de interesse da comunidade do Estado do Paraná.

Estarei eu no Grande Expediente, também, falando a respeito do Poder Judiciário do nosso Estado.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Amibelli)

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno e no Grande Expediente, passaremos ao Horário das Lideranças. Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu tempo.

Havendo declinado, consulto o PDT.

Havendo declinado, consulto o Partido Trabalhista Brasileiro.

Havendo declinado, o Partido dos Trabalhadores, Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência tem oito minutos e trinta segundos.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Deputados.

Certamente, não pretendemos ocupar a tribuna hoje para falar sobre a maior crise política-partidária que assola o País, e que também, assola a classe dominante deste País.

Queremos ocupar hoje este espaço democrático para falar, para denunciar, para nos preocuparmos com questões domiciliares, que nos dizem respeito e dizem respeito a este Poder.

Poderíamos, ao reclamar do processo de moralização desta Casa, anunciado inclusive pela bancada Pemedebista e que por sua responsabilidade, porque tem maioria, não aconteceu.

Não vamos falar da relação dos funcionários desta Casa, que há 14 meses foi requerida, e até hoje não foi dado conhecimento. Poderíamos falar, também, do projeto do atual Presidente do Legislativo, de militarizar a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que talvez a explicação para esta medida está no medo do povo que certos políticos alimentam, tudo faz crer que esse deverá ser, e deverá ter, um aumento gradativo. Não acredito que um pelotão da Polícia Militar será suficiente para afugentar o interesse e a vontade da população".

Também, não vamos falar aqui dos casuismos, das manobras praticadas por aqueles que procuram barrar qualquer iniciativa de nossa autoria nesse Parlamento. Não vamos, também, trazer novamente à preocupação, o comportamento deste poder com relação aos representantes populares do movimento sindical, dos movimentos populares, que muitas vezes têm sido tratados

com maldade. Queremos hoje, simplesmente pedir pelo menos, a democratização das informações nessa Casa, é só isso que nós vamos pedir. Acredito que não somos vítimas isoladas devem existir, muitas vítimas, gostaríamos que todos os Deputados, que têm motivo de reclamação contra a veiculação discriminatória das informações necessárias para um bom desempenho parlamentar, se manifestem.

Se tomarmos a Ordem do Dia de hoje, veremos lá, na parte final, quatro projetos que estão na pauta, publicados em 1.ª sessão, onde três deles nem sequer tomamos conhecimento da sua mensagem e do projeto, nem a Comissão de Constituição e Justiça tomou conhecimento de três, dos quatro. Procuramos informações da assessoria da Presidência, que tem a responsabilidade de distribuir para as Lideranças partidárias, cópia das mensagens, que costumeiramente foram distribuídas. A resposta foi, que nem a assessoria da Presidência teve conhecimento do teor da mensagem, portanto, nos preocupa. Será uma nova medida tomada para dificultar a atuação dos Parlamentares nessa Casa? Nos preocupa, porque exatamente essas três mensagens tratam de assunto polêmico, assunto que o Deputado José Felinto já manifestou preocupação e que duas destas mensagens tratam do repicão e do repicãozinho dos Procuradores do Tribunal de Contas, bem como dos Juizes e dos Desembargadores. Será este o motivo pelo qual se tenta desviar, para que os Parlamentares não tenham conhecimento? Está é uma preocupação que, certamente, caberá uma resposta àqueles que são responsáveis e por costume têm feito a distribuição das mensagens e dos projetos que são de suma importância para que todos os parlamentares tenham um bom desempenho neste Parlamento.

Era isso Senhor Presidente, era isso Senhores Deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)
Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal se fará uso do seu tempo.
(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDS.

(Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PL.

(Declina).

Está encerrada a Hora do Expediente, passamos a

ORDEN DO DIA

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, na

Curitiba, terça, em 10.05.88

qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Senhores Deputados que irão responder pela Vice-Liderança da Bancada. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

4.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 74/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 52/88), dispõe que compete ao poder Executivo, através da Secretaria Especial do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia, da Casa Civil e das Secretarias da Administração e da Fazenda, o controle administrativo-financeiro das Instituições de Ensino Superior - IES, mantidas pelo Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., por maioria, e da C.E., por unanimidade, na forma da EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL da C.C.J. Com EMENDAS DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA. -

Em votação a Emenda nº 05 - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 06 - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 07 - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 08 - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 09 - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 10 - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 11 - Aprovada.

Em votação a Emenda nº 12 - Aprovada.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 285/87, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEÃO, que autoriza o Poder Executivo a cancelar as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade incidentes no imóvel matriculado sob o nº 9919, do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 285/87

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Sindicato Rural de Guarapuava, autorização especial para dar como garantia o imóvel matriculado sob o nº 9919, do 3º Ofício do Registro de Imóveis da Comarca de Guarapuava, a entidades de créditos oficiais.

Parágrafo único - São mantidas as de-

nas condições da Lei n° 7856, de 14 de setembro de 1982.

Art. 2° - No imóvel a que se refere esta Lei, somente poderá ser erigida construção definitiva com finalidade de abrigar complexo agroindustrial avícola integrado.

Art. 3° - Esta Lei vigorará à data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.05.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEAO

Apoio: Nestor Baptista, José Rogério Carvalho, Dirceu Manfrinato e Edmar Luiz Costa.

JUSTIFICATIVA:

Através da Lei n° 7856/82, o Estado do Paraná doou ao Sindicato Rural de Guaraçuva, o imóvel constante da matrícula referida no texto deste projeto de lei, para que ali fosse edificada a sede social da referida entidade, ficando o imóvel gravado com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, além das demais condições previstas na legislação retroapontada.

Atualmente, aquele sindicato está intencionado em construir prédio destinado a abrigar um complexo agroindustrial avícola integrado no mesmo terreno que abriga sua sede, necessitando, para tanto, obter financiamento junto a entidades financeiras oficiais, e de consequência, assumir obrigação onerosa para com o terreno.

Ocorre que a lei que transferiu o domínio do imóvel, previu a impossibilidade da incidência de ônus.

Somente com a aprovação deste projeto é que o organismo sindical terá oportunidade de desenvolver a atividade mencionada e que trará notável progresso à comunidade.

Para melhor explicitar a grandiosidade da iniciativa, em anexo ofereço documentação que, após detidamente examinada pelos nobres Pares, conduzirá à certeza da real finalidade da medida, autorizando a aprovação.

É a justificativa.

Emenda - Aprovada.

Projeto - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 324/87, de autoria do Deputado JOSÉ FELINTO, que declara de Utilidade Pública o LAR EBEN-EZER, com sede e foro no Município de Apucarana. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 341/87, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública o LAR ESPÍRITA FRATERNIDADE DE VALORAÇÃO DA

VIDA, com sede e foro em Paranavaí. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 358/87, de autoria do Deputado DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ESPIRITUALISTA LUZES DE ARUANDA, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 360/87, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que denomina de HANS LAPUSE o acesso rodoviário que liga a sede do município de Ivaiporã à BR-486, no Município de Jardim Alegre. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 375/87, de autoria do Deputado LINDOLFO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DOS BAIROS JARDIM CASTELO E PARQUE SÃO PEDRO, no Município de Sarandi. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 02/88, de autoria do Deputado ANTONIO ANIBELLI, que denomina Rodovia Prefeito CÍCERO BARBOSA SOBRINHO, a estrada PR-484, que liga Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida a Três Barras do Paraná. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Emenda - Aprovada.

Projeto. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 44/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 40/88), que concede a ONDINA DE MORAES SILVA, viúva do ex-Assistente de Segurança LEO CALDAS DA SILVA, uma pensão mensal de valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 49/87 (ex-Projeto de Lei n° 133/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria, que autoriza a realização de plebiscito na área adiante descrita, nos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, para que a respectiva população decida sobre a criação do município de SANTA TEREZA DO OESTE. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, emenda substitutiva de autoria do Sr. Deputado

Sabino Campos, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 49/87**

Art. 1° - Fica criado o Município de SANTA TEREZA DO OESTE, com território desmembrado dos Municípios de Cascavel, Toledo e Céu Azul, com sede na localidade de Santa Tereza, que passa a denominar-se SANTA TEREZA DO OESTE, com as seguintes divisas:

"Começa às margens da BR-277, no ponto confrontante à nascente do Rio Butu, segue à referida nascente pela qual desce até o ponto de divisa entre os lotes 161-162, segue por esta e posteriormente pela divisa entre os lotes 38-37, atingindo aí o Rio São Francisco Falso Brago Norte, pelo qual desce até encontrar, em sua margem direita, a divisa dos lotes 3 e 5, segue pela divisa entre os lotes rurais de n° 3 e 5, e 2 e 4 do Terceiro Perímetro "A" da Colônia São Francisco até o Arroio Vital Brasil, sobe pelo mesmo até encontrar em sua margem direita a divisa entre os lotes n° 11 e 12 do mesmo perímetro, pela qual segue até a Rodovia OT-338, segue pela mesma em direção geral leste até encontrar à esquerda a divisa entre os lotes n° 16-17, pelo qual segue até o Rio Santa Quitéria (central), desce pelo mesmo até encontrar, em sua margem direita, a foz do Arroio Separação pelo qual sobe até encontrar, em sua margem direita, a divisa entre o lote n° 13 do 2° perímetro da Colônia São Francisco e o Imóvel Lopei, segue daí pela divisa citada e ainda pela divisa leste dos lotes n° 15 e 23, do mesmo perímetro, até o Rio São Francisco, e por este acima até a foz do Rio São Martin ou da Casa, e por este acima até a sua nascente, de onde segue a reta que contém a cabeceira do Córrego Jumelo, até o Rio Central e por este acima até a sua nascente direita, de onde, por uma linha seca alcança a cabeceira do Córrego Saltinho e por este Córrego descenda pela sua margem direita até a foz do Arroio Formoso, subindo pelo Arroio Formoso pela sua margem esquerda até a foz de seu primeiro afluente pela margem direita e por este Córrego em direção à sua nascente, e daí em linha reta até a nascente do Córrego Gramadinho, e por este Córrego pela sua margem direita até a sua foz no Rio da Paz, descendo por este Rio pela sua margem direita até a foz do Córrego Mangabeira, e pelo Córrego Mangabeira subindo pela sua margem esquerda até a foz do Córrego Mamangava e, por este Córrego, subindo até a foz do Córrego Mussambinho, e por este Córrego até a sua nascente esquerda seguindo daí em linha reta em direção à nascente do Córrego

Curitiba, terça, em 10.05.88

Branco ou São Lourenço, atravessando a PR-182 e por este Córrego descendo pela sua margem direita até a sua foz no Rio Gonçalves Dias e por este rio acima até a foz do Córrego Jumelo e por este Córrego pela sua margem esquerda até a sua nascente, de onde alcança a BR 277, pela qual segue em sentido Foz do Iguaçu até confrontar a cabeceira do Rio Butu, ponto de partida."

**MEMORIAL DESCRITIVO DO PERÍMETRO URBANO
DA SEDE DO MUNICÍPIO DE
SANTA TEREZA DO OESTE**

"Ao Norte, com o ponto de partida da Quadra n° 134, pela BR-277, em direção Oeste, até encontrar a Quadra n° 01 daí em direção Sul, pelo Rio Gonçalves Dias, descendo até a confluência do Arroio Melo Nunes, por este a Leste até encontrar a estrada que vai a Capanema, daí até a Quadra n° 224, em linha reta a Este até a Quadra n° 227, por esta, em rumo Norte, até a Quadra n° 183, a Este novamente até a Quadra n° 213, partindo daí em rumo Norte, até o ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões em 10.05.88.

(a) SABINO CAMPOS

Apoiamto: Haroldo Rodrigues Ferreira, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti e David Cheriegate.

JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que ocorreu no projeto original uma pequena incorreção no memorial descritivo das divisas do Município de Santa Tereza do Oeste, com relação às linhas divisórias com o Município de Toledo, as lideranças dos dois Municípios se reuniram e apresentaram, em comum acordo, esta nova divisa, que, vale salientar, não altera substancialmente a área pretendida para o novo Município de Santa Tereza do Oeste.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.
Emenda. - Aprovada.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 09/88, de autoria do Deputado LUIZ ANTONIO SETTI, que declara de Utilidade Pública a COMUNIDADE DE ASSISTÊNCIA AOS DEPENDENTES DE DROGA, com sede e foro na Cidade de Jacarezinho. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 12/88, de autoria do Deputado JOSÉ AFONSO JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA ESTADUAL ROSA SAPORSKI - APM, com sede e fo-

ro na Cidade de Cambará. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 17/88, de autoria do Deputado ANTONIO BELINATI, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná a JABUR ABDALA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 19/88, de autoria do Deputado ANTONIO COSTENARO NETO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO RURAL RECREATIVA DE BARBOSA FERRAZ, com sede e foro no Município de Barbosa Ferraz. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 24/88, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DAS SENHORAS DE CARIDADE DE SÃO VICENTE DE PAULA DA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA APARECIDA DO BARIGUI DO SEMINÁRIO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 27/88, de autoria do Deputado ARTAGÃO MATTOS LEAO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Reverendo Doutor MANOEL FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados ao Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado, artigo por artigo.

Sobre a mesa, requerimento de n° 872, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 873, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 870, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEAO - (Pela Ordem) Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150, do Regimento Interno.

Requerimento de n° 871, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Requerimento de n° 874, de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 876, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 877, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 875, de autoria do Sr. Deputado Eduardo Baggio, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 879, de autoria do Sr. Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 703, de autoria do Sr. Deputado Rafael Greca, constante do expediente de sessão anterior. - Em votação.

O SR. RAFAEL GRECA - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência está em fase de discussão; se Vossa Excelência quer discutir, com sua discussão adiada, encerra a discussão.

O SR. RAFAEL GRECA - Para discutir, eu tenho quantos minutos?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para discutir, 30 minutos.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu aceito discutir, e na sequência, o Líder do PMDB pode discutir também.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência tem 30 minutos.

O SR. RAFAEL GRECA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Grande Escritor e competente jornalista Renato Schaitza tem dedicado aos Poderes Legislativos uma série de artigos. Um destes, outro dia mereceu proclamação, aqui, na voz autorizada e bem empostada do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, falando, exatamente, da importância da Assembleia e da importância dos Deputados: o artigo dos barrados no baile, Deputado Luiz Carlos Alborghetti, do Jornalista Renato Schaitza. Foi o artigo do mesmo jornalista, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que me motivou a fazer este pedido de informações. Eu quero saber que tipos de opera-

ções financeiras, contas correntes de movimentos simples, contas correntes remuneradas, operações no mercado aberto de "over" e de "open", CDBs ou outras, a Prefeitura de Curitiba mantém com o BANESTADO, e que tipos de empréstimos o BANESTADO, porventura, concedeu à Prefeitura de Curitiba? Qual o montante dessas aplicações por mês nos últimos vinte meses, a contar de abril do ano de 1988? E quais as taxas de juros que o Banco vem pagando à Prefeitura nos últimos vinte meses, comprovação com documentos, cópias de extratos bancários e avisos de lançamentos e idem para remuneração dos empréstimos. Por que é que eu quero saber isso? Por que é que eu peço a consciência do Paraná que me deixe perguntar isso? Exatamente, para dar razão à Bancada do PMDB, que em nota oficial, publicada nos jornais de Curitiba, fez uma moção de solidariedade ao Prefeito de Curitiba a propósito da questão do transporte coletivo da cidade. Pede-me o engenheiro Ivo Pugnali, da assessoria do Senhor Prefeito, e vejam, não há ânimo nenhum partidário no que eu estou fazendo, porque foi o Senhor Ivo Pugnali que comandou a invasão do "Jornal do Estado" na campanha do Jaime Lerner à frente dos militantes do Senhor Roberto Requião. Pede-me este colega engenheiro que eu veja a questão do transporte não com olhos partidários, mas, com os olhos da cidadania. Ora, para ver a questão do transporte com os olhos da cidadania e talvez apoiar o Senhor Roberto Requião contra as empresas de transportes coletivos, que ele chama de serpentes, colocadas nas canaletas do expresso, nos anéis de interbairros. Eu preciso que a Bancada do PMDB nesta Casa deixe o BANESTADO me responder se o Senhor Schaitza tem razão ou não tem razão, quando escreve, como hoje escreveu: "O Prefeito Roberto Requião foi jantar no Araucária Palace com o Presidente e o Secretário do Sindicato das Empresas de Ônibus." A conta da refeição, paga pelos empresários, lógico, foi de vinte e três mil.

Vamos imaginar que comeram o prato mais caro do restaurante, alguma coisa que custe em torno de dois mil, certo? São seis mil de comida, sobrando um saldo de dezessete mil, certo? Este saldo, evidentemente, foi a conta das bebidas belas e justas e fartas. Acho grosseira a declaração do Secretário do Sindicato chamando o Prefeito de bêbado. Não se bebe com uma pessoa e depois se lhe acusa a intemperança, é a lei do boteco. Norma ética tão preciosa, quanto a lei mais justa e acatada neste País, que é, todos sabemos, a lei interna que rege o "jogo do bicho". O que interessaria, realmente, perguntar ao Prefeito? E o que fazia jantando com empresários de ônibus, que freqüentemente, quali-

fica como exploradores do povo? Adversários não libam juntos."

Como todos os Deputados sabem, libações, dos banquetes romanos, são os atos de derramar o vinho para fora da taça em cima das toalhas do banquete. Adversários não libam juntos, mas diz o Senhor Renato Schaitza: "O Prefeito liba com o Presidente e com o Secretário do Sindicato das Empresas de Transportes e discursa para o PMDB, dizendo que é o Ivanhoé, o Quixote e que os expressos e os interbairros, são os dragões.

Nem por isso eu daria interpretação maliciosa ao fato, poder poderia, diz o Jornalista Renato Schaitza, mas não o faço por questão de consciência, por elevação de consciência. Conheço as três pessoas: Roberto Requião, Dante Francheski e João Simões. São homens de bem, diz o jornalista, podem jantar juntos quantas vezes quiserem, não irão cair no meu conceito por causa disso, nunca evocaria qualquer suspeita, fazer refeições com os empresários que contesta, é um hábito antigo do nosso Prefeito. Tempos atrás uma agradável tertúlia, aconteceu na Churrascaria Devons, por ter este respeito pelo homem de bem Roberto Requião, lamento que a recíproca não seja verdadeira. Ele me citou nominalmente no Programa Cadeia, insinuando, não assisti, que o Jornalista Renato Schaitza, está alugado pelos empresários do transporte.

Mereço a indelicadeza agressiva, tive a ousadia de perguntar como estão sendo aplicadas as verbas de transporte pela URBS. Hoje o total desta receita, novecentos mil passageiros/dia, a vinte cruzados por dia, dois Rui Barbosa, podiam ser dois Ulisses Guimarães, se o PMDB tivesse feito o cruzado com a cara do Ulisses Guimarães, enfim a vinte cruzados por dia, 1,2 bilhões de cruzados, é a informação de renda do transporte, segundo um dos companheiros da mesa do Prefeito e eu volto ao texto; pelo que consta, as aplicações são feitas até de 0,5% ao mês, quando o "open" remunera com 18%, todo o mercado, a pergunta do jornalista gerou a animosidade do Prefeito.

Pena que não gerou uma resposta. A pergunta desta coluna venal, o Jornalista se chama de coluna venal, motivou uma comissão especial, solicitada por 16 Vereadores, através da qual a Câmara quer descobrir o que está acontecendo com o dinheiro manipulado pela URBS.

Conhecendo bem Roberto Requião, acho que prepara um golpe promocional. Armado todo o suspense, ele mostra no fim que aplicou tudo a 18%, igualzinho ao resto do mercado, revela a sua beleza e a sua justiça e o povo aplaude e pede bis.

A venalidade do jornalista, diz o ar-

tiqulista Renato Schaitza, gerou também um pedido de informações do Deputado Rafael Greca de Macedo, ao Banestado, é a este Deputado Caíto Quintana, é a este, Senhores Deputados do PMDB, questionando como estas verbas são aplicadas, quanto rende o dinheiro do povo, não pensem mal do Prefeito, por duvidarem da integridade do jornalista.

Diz o jornalista, sou amigo notório de Erondy Silvério, 30 anos de companheirismo; nestes anos todos o Erondy jamais fez qualquer pronunciamento sobre transporte, nem conversa com os amigos sobre o assunto, diz ainda o jornalista, o Erondy é um homem de grande dignidade, saber separar a política dos negócios e da amizade, e o Roberto Requião entende, porque também é amigo do Erondy. A dúvida sobre a integridade do jornalista, é irrelevante, o que importa é como estão sendo administrados os dinheiros públicos. O que importa, Senhores Deputados, signatários da nota do PMDB de solidariedade ao Prefeito de Curitiba, o que importa senhores membros da Bancada do Governador, que em praça pública assumiu dizendo que agora vale a verdade e que agora vale a vida e que os paranaenses de mãos dadas trabalhariam todos neste tempo pela vida verdadeira.

É a resposta ao meu pedido. Menos que a resposta o que importa é que deixem que passe, porque na Câmara de Vereadores há uma Comissão composta por 16 Vereadores e continua o jornalista: "A Comissão encarregada de fazer uma devassa na URBS depende da indicação dos membros pelo Presidente da Câmara, o Senhor Horácio Rodrigues. Os 16 requerentes estranham a demora. Ninguém diga que Requião e Horácio compuseram, diz o jornalista: "Os dois são homens de bem. Ambos estão empenhados em demonstrar que o dinheiro público é bem administrado e muito bem administrado.

Vamos pensar: não seria mais sadio que a URBS, que o Banestado, espontaneamente, publicassem um demonstrativo financeiro? Deveria até a URBS mostrar os seus balançes mensais para ficar acima de qualquer suspeita. Não age assim. Esconde. Não presta contas assim e quem presta contas mal é porque não presta. Cala porque o Prefeito diz que há jornalista venal. Cala porque o Prefeito diz que há empresário ladrão.

O Sr. José Felinto - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. RAFAEL GRECA - Cala porque o Prefeito diz que há Vereador demagogo e há juizes suspeitos.

Mas, afinal, Requião é um homem de bem. Pena que deixe de explicar uma receita pública que representa 216 milhões men-

sais de cruzados, o suficiente para abastecer de vodka russa, de vinho francês e de lagosta Thermidor, todo o bairro do Batel.

O jornalista Renato Schaitza termina assim: "morador do Batel que sou aguardo ansioso a vodka russa, o vinho francês e a lagosta Thermidor.

Se a corrupção está democratizada como pensa o Prefeito, vamos todos comer.

E diz o jornalista para quem porventura do povo na Tribuna do Paraná o tenha lido: Você não! Não você, Zé Pipoqueiro. Você vá passear de ônibus.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, na Câmara de Curitiba qualquer pedido de informação que fazíamos, regidos por legislação do dito período autoritário, ele era imediatamente encaminhado ao Prefeito, porque pelo regimento da Câmara de Curitiba, devia o Poder Executivo dar atenção a qualquer um dos representantes eleitos pelo povo.

O PMDB do Paraná assinou uma nota que, se mais tempo tivesse, por inteiro a leria, solidarizando-se com o Prefeito na urgente, na premente, na questão do transporte coletivo da cidade que beira ao colapso. Impõe-se a essa Bancada deixar que o Banestado me responda, caso contrário, Senhores Deputados, Senhor Presidente, o próprio sistema democrático está em perigo, feliz por já não morar em Requiãoópolis, mas de novo ser habitante de Curitiba, porque a nobre Vereadora Marlene Zanin, do PMDB, teve a lucidez de proibir a impressão de fichas com o nome do Prefeito e de mandar que ele tirasse o seu nome de todas as obras municipais e tornar-se a assinar Cidade de Curitiba.

Feliz por isso, este cidadão e Deputado por Curitiba vos pede:

Ajudem a cidade, que bela é. É bela pelo seu povo e pela paisagem que Deus lhe concedeu. É bela pela sua história. É bela pela sua caminhada, mas que não é justa. Não é justa porque se as taxas de "open" no Banestado estão sendo deturpadas e se elas, como diz o jornalista, estão servindo a outros interesses escusos do Prefeito, nós precisamos discutir isto e precisamos discutir além dos banquetes que, talvez, por preferência dialética, o Prefeito faça com os seus adversários para trocar idéias, como quem sabe faziam os cínicos e os sofistas na Ágora de Atenas com Platão e Aristóteles para assim ambos os lados se enriquecerem.

O que eu imagino só é que não mereça essa negociata nem do cinismo à fama, nem do sofisma à memória, muito menos da filosofia à laurea. Tem o Deputado Caíto Quintana o aparte.

O Sr. Caíto Quintana - (Aparte) - Deputado

Rafael Greca, eu vi a nota que Vossa Excelência leu do Jornalista Renato Schaitza e costumeiramente leio as notas desse jornalista por quem tenho o maior respeito.

Mas, embora tendo respeito pelo jornalista, não sou obrigado a acreditar, acreditar não, a concordar, porque como Vossa Excelência diz: ninguém é dono da verdade. São opiniões que podem perfeitamente não condizer com a verdade, e uma delas, a qual Vossa Excelência coloca com tanta ênfase na tribuna, eu rebato de pronto, quando se questiona a possibilidade do Prefeito Municipal jantar com o Sindicato do Transporte Coletivo, com Sindicato de Metalúrgico, com sindicato qualquer que seja, e com qualquer segmento da sociedade, porque o exercício da democracia - isso está tão costumeiro - é a convivência dos contrários.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu peço essa convivência, Deputado.

O Sr. Caíto Quintana - Nós estaríamos pregando o autoritarismo a partir do momento, por exemplo, que a Bancada do PMDB, majoritária nesta Casa, não conversasse com as bancadas de Oposição, ou mesmo que não discutíssemos assunto nenhum pelo fato de não podermos conversar com contrários. E eu não vejo em nada um jantar do Prefeito, tentando encontrar uma solução para o transporte coletivo, como se isso não pudesse acontecer.

Agora quanto ao vosso pedido, Deputado Rafael Greca, Vossa Excelência durante muito e muito tempo tenciona ser Deputado Estadual e Vereador de Curitiba ao mesmo tempo. Eu quero afirmar aqui, com o propósito de quem já exerceu a Liderança do meu Partido por duas vezes: tomei por norma sempre conchamar a Bancada de que não viéssemos neste Parlamento, que trata dos assuntos do Estado, discutir problemas internos de Municípios, seja de Curitiba, seja do nosso longínquo Planalto em Capinema ou Pérola da Oeste...

O SR. RAFAEL GRECA - Como nós discutimos a Estrada do Colono na sua região.

O Sr. Caíto Quintana - Mas é um problema estadual. A Estrada do Colono não é municipal.

O SR. RAFAEL GRECA - Então, o Banestado naturalmente é um problema municipal, qual fora da Catedral Metropolitana.

O Sr. Caíto Quintana - É estadual. Deputado, se nós quisermos nesta Casa discutir requerimentos da Câmara Municipal de Curitiba...

(Tumulto).

Vossa Excelência me concede o aparte ou me cassa o aparte.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu gostaria de indagar ao Orador da tribuna se ele concedeu o aparte ao Deputado Caíto Quintana ou não, porque quem concede aparte tem que ouvir. Aprenda a ouvir o Deputado Caíto Quintana.

O SR. RAFAEL RECA - A ele eu concedi, a Vossa Excelência não.

Eu estou argumentando com o Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Rafael Greca, embora ache sumamente correta a atitude de questionar a questão da aplicação de recursos, como se trata da Cidade de Curitiba, como se trata da URBS, eu acredito que é matéria para a Câmara Municipal de Vereadores e não transmitirmos aqui, porque a exceção feita a Vossa Excelência vai nos propiciar, questionar contas de qualquer município do Paraná, o que não é atribuição da Assembléia Legislativa. Estaríamos inclusive inserindo um direito da Câmara Municipal de Curitiba, de controlar as despesas, os gastos e as receitas de seu próprio Município. Eu acredito que Vossa Excelência poderia instruir a Câmara Municipal de Curitiba de seu pedido para que ela o fizesse e discutisse no âmbito da municipalidade de Curitiba e não desta Assembléia que trata dos assuntos do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. RAFAEL GRECA - Deputado Caíto Quintana, eu penso que a sua visão que os assuntos do Estado do Paraná não devem ser discutidos na Assembléia, eu não sei se estava na convenção do PMDB no domingo, nesta Casa, mas, foi provada uma moção assinada por Deputados Federais, Estaduais, Prefeitos e Vereadores do Paraná na convenção questionando esse caso. Mas eu penso que a sua visão esbarra na simples composição do Banestado. O Banestado tem contas a prestar a esta Assembléia. O Banestado tem uma CPI instalada por má aplicação do dinheiro público no Governo José Richa, conforme declarações do Governador Alvaro Dias...

O Sr. Caíto Quintana - Não tem Deputado. Vossa Excelência não está falando a verdade. Existe uma CPI do Banco Del Paraná e não do Banco do Estado do Paraná. São coisas diferentes, são coisas altamente diferentes, e acho que nós, como Parlamentares do Paraná, não devemos macular a imagem de um grande banco, que é o Banco do Estado do Paraná que nos orgulha como para

O SR. RAFAEL GRECA - Do qual o acionista majoritário é o Banestado.

O Sr. Caíto Quintana - A razão social é diferente. Vossa Excelência é um Deputado culto e sabe disso.

O SR. RAFAEL GRECA - Claro. O seu raciocínio também vale para nós dizermos, por exemplo, que a COPEL não tem nada a ver conosco porque 92% das ações são, é que são do Governo do Paraná. Eu quero saber do Banestado se é verdade o que diz a imprensa, que as aplicações do dinheiro da Prefeitura no Banestado são feitas a 7 e meio por cento ao mês quando o "open" remunera todo o mercado a 18%. Eu quero que o Banestado se livre desta acusação. Porque, daí, eu quero somar com o Prefeito Roberto Requião em favor do povo e eu vos peço esta chance, também pela razão...

O Sr. Paulo Furiatti - No tempo do Jaime Lerner a Prefeitura aplicava no Nacional.

O SR. RAFAEL GRECA - Não está o Governo Jaime Lerner em discussão. O Dr. Jaime Lerner hoje é um antípoda, está em Xangai e não vou discutir a política de Xangai aqui para que o Deputado Caíto Quintana não me puxe a orelha! Eu estou discutindo uma acusação do jornal de hoje que diz o seguinte: "que o Banestado paga 7 e meio por cento pelo dinheiro da URBS quando 18% é a taxa de mercado". E também não vou pedir ao vigário da catedral que é o responsável pela Freguesia da Matriz, que diga ao povo do Paraná se isso é correto ou não é correto, porque a Assembleia não é um salão paroquial, a Assembleia tem que dizer e tem que dar chance ao Banestado de se defender. A Assembleia tem que responder ao Senhor Schaitza, a Assembleia tem que respaldar ou condenar o Prefeito de Curitiba. A Assembleia deve uma explicação aos 800 mil passageiros por dia, que embarcam e desembarcam num sistema de transporte que se deteriora a olhos vistos. A Assembleia, Deputado Caíto Quintana é a Assembleia do povo, é a Assembleia da Capital e é a Assembleia do interior. E também é, ora pois, a Assembleia a quem o Banestado deve contas. Mas, sobretudo, Deputado Caíto Quintana, a Assembleia é a Assembleia do PMDB porque sois a maioria, sois a maioria e de vós depende a aprovação desse pedido de informação, e vós depende mostrar ao povo que agora vale a verdade e que agora, de mãos dadas, todos trabalhando pela verdade ou de que agora vale a versão oficial. Deputado Paulo Furiatti, não quero ser Vereador de Curitiba

e por isso não lhe vou responder essa provocação.

Tem o aparte o Deputado José Felinto.

O SR. JOSÉ FELINTO - Eu sempre sou cortês meu caro Deputado Rafael Greca e Vossa Excelência, também, tem sido cortês comigo. Eu quero dizer a Vossa Excelência que conhecendo o Prefeito Roberto Requião como conheço, eu até o parabeno pelo seu pronunciamento. Parabeno porque Roberto Requião cismou que é o professor de Deus. Requião colocou na sua cabeça e, segundo o Dr. Monserrat, que deu um parecer de que ele é um psicopata agressivo, e eu até concordo com o Dr. Monserrat. Com relação ao Banco do Estado, discordo de Vossa Excelência. Agora, queria lembrar a esta Casa, já que Vossa Excelência aqui traz este assunto, de que não só jantou com o Senhor João Simões, mas foi o Senhor João Simões que viajou junto com Roberto Requião a Brasília, que se hospedaram no mesmo hotel e que foi o Senhor João Simões que ajudou na transformação do transporte coletivo, sendo o intermediário do prefeito municipal e empresários, para que pudessem estabelecer critérios. E depois o Requião com seu costume, com seu hábito de usar as pessoas e depois meter os pés, ele fez isso com a Vereadora Marlene Zanin, com o Vereador Valdir D'Angelis, ele fez isso com o Vereador José Maria Corrêa, ele fez isso com o Deputado José Felinto, Vereador na oportunidade, os cinco vereadores daquela casa que o apoiavam. Por entender ser um homem sério de proposta séria. Mas, eu não sabia que ele era um homem, também, gozador e não muito sério. Eu não sabia que ele o era o professor de Deus, eu não sabia que Deus disse para ele: "Requião, você é o único homem sério e o que discordar de você deixa de ser sério no país!"

Eu concordo com Vossa Excelência e concordo, em parte, com relação ao Jornalista Renato. Também concordo com o Deputado Caíto Quintana que diz que essas questões devem ser desenvolvidas pela Câmara Municipal. Mas, virei a esta Casa, na semana que vem, para fazer um pronunciamento com relação às atitudes do Prefeito Roberto Requião, que tem no seu Gabinete funcionários fantasmas e isso ele não fala, fugindo da ética programática do Partido.

Caro Deputado Rafael Greca da mesma maneira que venho defender o Governador Álvaro Dias nas suas posições corretas, sou um Deputado que irá à tribuna, também, quando estiver ele errado. Como tenho feito, também, em relação a Foz do Iguaçu. Vossa Excelência bem sabe que este Deputado, quando vereador, nunca foi "vaquinha de presépio", como muitos vereadores que lá estiveram, naquela oportunidade, do

Partido de Vossa Excelência.

Eu agradeço ao aparte de Vossa Excelência e votarei contrário, tão somente em relação ao requerimento com relação ao Banco do Estado, porque não concordo nessa parte com o Renato. Cabe ao Banestado, informar se ele está certo ou errado.

E, com relação à Prefeitura Municipal de Curitiba, cabe à Câmara Municipal apurar - e sugeriria até um CPI para apurar as decisões errôneas do Prefeito Roberto Requião.

O SR. RAFAEL GRECA - Dando-lhe as minhas homenagens, Deputado José Felinto, pela sua independência, eu só lamento que ela não persista até o final, até votar pela aprovação, para que o Banestado informe à Assembléia se o Prefeito está usando taxas de "open" de 18% ou de 7,5%...

O Sr. José Felinto - Meu caro Deputado Rafael Greca, eu falei para Vossa Excelência que cabe ao Presidente do Banco do Estado se manifestar sobre essa denúncia.

O SR. RAFAEL GRECA - Mas, então, deixe-me perguntar a ele.

O SR. José Felinto - O Renato não fez para nós aqui da Assembléia. Se ele der um ofício a mim, eu serei o primeiro a ir ler aí da tribuna.

O SR. RAFAEL GRECA - É por que é que nós não podemos perguntar?
(Vozes acumuladas).

O Sr. José Felinto - Eu não gostaria que Vossa Excelência, maliciosamente, questionasse a minha independência. Coisa que nunca fiz quando Vossa Excelência era totalmente dependente ao Jaime Lerner.

O SR. RAFAEL GRECA - Veja, Deputado José Felinto, primeiro, eu não fui vereador do Dr. Jaime Lerner, não fui! Outra coisa, Deputado José Felinto, eu acho que quando o Banestado é acusado, quando a Câmara de Curitiba levanta acusações, quando o PMDB faz uma moção de solidariedade ao prefeito, o Banestado tem que merecer da Assembléia a atenção e a oportunidade inclusive da defesa.

Aqui, tratam-se as questões de Estado, como um jogo de futebol de várzea, muitas vezes. A idéia é só fazer gol no gol adversário. Não é assim! Isto é um Parlamento. O Parlamento merece dar a oportunidade aos acusados, nas elevadas questões sociais, de se defenderem. O Banestado tem que provar à Assembléia que deste 1,2 bilhões de cruzados, receita mensal do transporte Coletivo de Curitiba, não estão

aplicando esse dinheiro a 7,5% ao mês, mas sim nas taxas de mercado. A URBS tem que provar, mas o Banestado também tem que provar. E eu peço, sem paixão partidária, por paixão de cidadania, porque eu queria mesmo era somar com o Requião na questão do transporte coletivo, para defender a cidade, eu peço que a Bancada do PMDB não se transforme numa espécie de ouriço ou de avestruz; ouriço, porque se fecha dentro de si mesmo; avestruz, porque para não ver o que está claro enfia a cabeça dentro da areia.

Eu sei outra coisa, que o transporte da cidade era exemplar quando Dr. Jaime Lerner foi Prefeito. Isso eu também sei, e o povo também sabe.

Agora eu dou aparte ao Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Deputado Rafael Greca, Vossa Excelência cumpre o seu papel sempre com muita competência, com uma palavra mais de fiscalização do que de oposição. É o seu papel, e o faz muito bem!

Quando Vossa Excelência indaga, através da Assembléia Legislativa, qual a verdade que existe, fundamentado na notícia escrita por um dos jornalistas mais brilhantes do Paraná, especialmente da área política, Renato Schaitza. Deve a Assembléia acatar a pergunta de Vossa Excelência, o requerimento que Vossa Excelência faz e o pedido de informação. Principalmente, para tornar claro que essa transparência apreçada pelo PMDB existe. Esconder o que...

O Deputado Caíto Quintana indagou da competência...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esgotado o tempo, concedo mais 1 minuto.

O Sr. Basílio Zanusso - ...desta Casa em discutir tal assunto. Porque essa de competência, Deputado Rafael Greca, é de se indagar se o Prefeito Roberto Requião pode, às expensas do município, promover uma campanha de publicidade que alcance todo o Estado do Paraná, todos os municípios do Paraná e além das divisas do Estado...

O SR. RAFAEL GRECA - É o sul da Argentina.

O Sr. Basílio Zanusso - ...e o sul da Argentina, muito obrigado, não sabia, mas, certamente todos os Estados brasileiros numa campanha permanente, dispendiosa. Agora a Assembléia não pode se ater na competência ou não de saber desta indagação que Vossa Excelência faz de maneira oficial.

Portanto, os meus cumprimentos e o

nosso voto favorável. Tenho certeza que a Bancada do PMDB, procurando mostrar a sua transparência apregoada e dita, faça aqui, com o requerimento de Vossa Excelência.

O SR. RAFAEL GRECA - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Erondy Silvério para discutir.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Acompanhei com muito interesse as palavras do nobre Deputado Rafael Greca, como também de seus apartes.

Votarei contrariamente ao requerimento, por uma questão de ordem constitucional. Em primeiro lugar, porque acho que a Mesa não poderia receber o requerimento; porque as operações bancárias de qualquer natureza são acobertadas pelo sigilo bancário. Isto é da lei federal. De maneira que acho que a Mesa não poderia ter recebido o requerimento, embora no mérito eu votasse favoravelmente.

Lembro-me do primeiro discurso do Prefeito Roberto Requião nesta Casa, quando assumiu o seu mandato de Deputado. Ele afirmou aqui, em alto e bom som, que os tempos tinham mudado no País, que a Nova República viria para mudar costumes. Aliás, me penitencio, a vitória do PMDB no Paraná viria para mudar costumes e que a tônica da administração psenedebista seria a transparência de seus atos. Ele tem enfatizado nos seus pronunciamentos que ele é contra o compadrio, o acobertamento das ações ilegais. Até no mérito talvez eu votasse pelo requerimento, porque o que se pede, o que pede o Deputado Rafael Greca, é que o BANESTADO informe a esta Casa o valor real das taxas de "over" pagas à Prefeitura de Curitiba, à URBS, pela aplicação da receita diária do transporte coletivo.

Em nenhum momento ponho em dúvida a honestidade pessoal do Prefeito Roberto Requião. Eu o conheço desde menino, tive a ventura...

O Sr. Rafael Greca - Deputado, me permite um aparte? (Assentimento)

Acho que o fato de o BANESTADO informar à Assembléia, não quebra o sigilo bancário porque podemos inclusive assumir o compromisso...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - De não contar para ninguém.

O Sr. Rafael Greca - ... da Comissão de Finanças examinar isto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Quebra o sigilo

bancário. É o meu ponto de vista. Agora, não sou jurista. São os longos anos de tarimba parlamentar que me levam a esta convicção de que o requerimento é ilegal, que não poderia ter sido recebido pela Mesa.

Mas, voltando ao Prefeito Roberto Requião...

O Sr. Caio Quintana - V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento)

Não quero perder a oportunidade de registrar aqui, porque até esqueci quando falava o Deputado Rafael Greca, que na matéria do jornalista Schaitza, ele cita o seu nome como Deputado decente, que nunca misturou a vida política com a vida empresarial e me lembro que assisti o programa "Cadeia", que o Prefeito Roberto Requião mencionou seu nome, citando-o como um empresário da mais ilibada conduta e honradez.

E o posicionamento de Vossa Excelência, que é componente do Sindicato dos Transportes Coletivos nesta Casa, usando no início do seu pronunciamento a colocação de que este requerimento, embora de interesse, talvez nesta guerra do transporte coletivo, dizendo que a Mesa não deveria receber, só me faz, Deputado Erondy Silvério, admirá-lo cada vez mais e sentir a necessidade de dizer neste instante, que honra esta Assembléia compartilhar com um homem de sua experiência, de sua conduta e de sua forma de conduzir a sua vida política, independente dos seus interesses particulares.

Quero parabenizar-lhe por esta colocação e dizer que me orgulho de ser Parlamentar contemporâneo de Vossa Excelência.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado, mas eu apenas procuro cumprir o juramento que fiz quando assumi as funções de Deputado nesta Casa. Juramento que de resto todos os Srs. Deputados fizeram.

Mas, voltando ao Prefeito Roberto Requião, eu o conheço desde menino. Tive a ventura de trabalhar numa campanha eleitoral, em favor da candidatura de Wallace Tadeu de Mello e Silva. Um médico brilhante, de uma cultura impressionante, um homem de um caráter extraordinário, de uma honestidade a toda prova. Foi um dos orgulhos do Partido Social Democrático a sua candidatura à Prefeitura de Curitiba.

Naquela oportunidade conheci Roberto Requião e sua família. E sei que tanto do lado materno quanto paterno, são famílias tradicionais do Paraná e que colocam acima de tudo a honra e a honestidade pessoal. De maneira que não tenho nenhuma dúvida quanto a honestidade pessoal do Prefeito de Curitiba.

Agora, também não admito que o Prefei-

to Roberto Requião e seus asseclas levantam a menor sombra de dúvida quanto a honestidade pessoal, ao caráter do jornalista Renato Schaitza, que é um homem extraordinário, que é um chefe de família exemplar, que é um cidadão digno sob todos os ângulos. E estas insinuações de que ele escreve algumas coisas favoráveis ao transporte coletivo porque estaria sendo pago pelos homens do transporte coletivo, é uma infâmia, que não cabe em lugar nenhum. Mas, cabe a mim, defendê-lo nesta Casa, para que os Anais registrem. A ele, que foi funcionário deste poder, a ele, que é um jornalista brilhante, que é um cidadão prestante, que é um homem digno, que é um homem honesto, que os Anais registrem que a sua defesa foi feita, porque Renato é daquelas pessoas que não vende a sua pena e não vende a sua consciência; ele honra e dignifica a nobre classe dos jornalistas profissionais do Paraná.

Errado está o Prefeito Roberto Requião. Errado está o Dr. Stênio Jacob, quando, num programa de televisão, insinuou o aliciamento por interesses pecuniários do jornalista Renato Schaitza, em favor do transporte coletivo.

Este problema do transporte coletivo, é um problema que julgo difícil, de difícil solução, dadas as condições econômicas em que vive o povo brasileiro, dada a situação econômica da Nação. É um problema difícil.

O Prefeito Roberto Requião teve a melhor das intenções em adotar este sistema de gerenciamento. Apenas, ele foi mal aconselhado e não está pagando aos executores do transporte, aquilo que eles fazem jus, e que estão discutindo na justiça, que é o foro apropriado. Não adianta a nota de solidariedade da Bancada do PMDB, que foi uma nota afoita e de uma leveza impressionante.

Eu acho que o caso está sub-júdice. Nós confiamos na soberania da Justiça, na integridade dos juizes do Paraná. Ali são números que não mentem. Não se pode dizer, sofismar, que dois e dois são quatro e meio. Um lado questiona o pagamento recebido. O outro lado julga certo e justo o que está sendo pago. Quem é que vai dirimir a dúvida? Repito: nas sociedades civilizadas, é através do Judiciário que se busca a verdadeira expressão da verdade. O caso está "sub júdice". Não há o que discutir.

Agora, numa parte tem razão o Deputado Rafael Greca, por isso eu acho afoita, leve demais a nota de solidariedade da Bancada do PMDB ao Prefeito de Curitiba, porque o transporte coletivo de Curitiba está se deteriorando, a cada dia que passa. E aí, eu discordo do nobre Deputado Caio Quintana, que não devamos discutir aqui os

problemas cruciais para a coletividade. As coletividades, as comunas, integram o Estado. Como é que vamos deixar de discutir aqui um problema tão importante, tão crucial e tão imediato para a Capital do Paraná, como a questão do transporte coletivo? Que se deteriora, repito, dia a dia, pela intransigência de maus conselheiros do Prefeito Roberto Requião. Se ele parasse um pouco para pensar, se ele ouvisse a voz da razão, ele veria que o acordo, às vezes é necessário, sem prejuízo evidente, para a população. E não o porquê, e disso talvez não saiba a Bancada do PMDB, que assinou a nota de solidariedade, que o pedido das empresas ajuizadas no Tribunal de Justiça não ocasiona a menor elevação tarifária, mas vai possibilitar isto sim, a renovação da frota rodante que está aí, aos pedaços, desde que o Sr. Roberto Requião assumiu a Prefeitura de Curitiba. A frota se deteriora a cada dia.

Concedo aparte ao Deputado José Felinto.

O Sr. José Felinto - Eu quero parabenizar V. Exa. pelo seu pronunciamento, e lembrar-lhe que, como empresário que é, em...

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu só gostaria de fazer uma correção.

Tenho ouvido isto e nunca tenho tentado corrigir. Eu não sou empresário. Familiares meus estão ligados ao transporte coletivo há meio século. Familiares meus têm dado todos os esforços junto com outras pessoas, para que Curitiba tenha, ou tivesse até há dois ou três anos atrás o melhor transporte coletivo de superfície da América do Sul, da América Latina. O melhor transporte de superfície da América Latina era o de Curitiba, até 30 ou 40 meses atrás.

Essa é a grande realidade.

Eu permito que V. Exa. continue com o aparte.

O Sr. José Felinto - Caro Deputado Erondy Silvério, em 1985, como Vereador em Curitiba, foi instituída a pedido do Prefeito Municipal, na época Maurício Fruet, uma Comissão de Levantamento de Custos, de Planilha de Custos sobre o transporte coletivo e fui eu indicado pela Câmara Municipal, para fazer parte daquela Comissão. Eu e o Vereador Luiz Carlos Betenheuser.

Por interesse meu em conhecer do assunto, visitei a CNPC para que não houvesse especulação. Não fui com o dinheiro da Câmara Municipal, nem tampouco com o da Prefeitura.

Visitei também a Translub de Goiânia e o CTC do Rio de Janeiro. Naquela oportunidade, cheguei à conclusão que a estatiza-

ção do transporte coletivo seria o pior negócio para qualquer município ou para qualquer Estado, isto porque a CNTC tirava do orçamento do Município, naquela ocasião, 100 milhões de cruzeiros para complementar a defasagem e os desmandos na oportunidade com relação aos custos do transporte coletivo.

A Translub, apesar do Governador, hoje Ministro da Agricultura ter demitido 40% do pessoal, ainda dava um prejuízo e ele tinha que colocar 20 milhões de cruzados.

A CTC do Rio de Janeiro, é sempre subsidiada, também, pelo Governo do Estado. A intervenção do Senhor Governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro, no transporte coletivo, demonstrou a irresponsabilidade daqueles que entendiam de transporte que causou prejuízo, onde chegou-se numa garagem, e isso publicou a imprensa nacional, a desmontar três ônibus para fazer daqueles três, um ônibus, para poder rodar mesmo com as tarifas mais caras dando prejuízo.

O Prefeito Roberto Requião, quando começou a discutir o transporte coletivo aqui em Curitiba, foi com as melhores intenções, e contou com o apoio de um grande aliado. Sou testemunha disso, porque inclusive, participei de uma das reuniões, com o Senhor João Simões, Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo aqui de Curitiba. Só que, ao longo das discussões, após tudo aprovado, o Prefeito reverteu os fatos e hoje, com conhecimento que tenho na área de transporte coletivo, a prefeitura está comprando ônibus com a reserva que tem, só que esse ônibus comprado pela prefeitura, o cálculo da tarifa, da planilha de custo, que tinha que ser mais barato, hoje é mais caro. De que adianta o ônibus ser do povo e o preço da tarifa ser a mesma? De que adianta estar escrito "Propriedade do Povo" e o povo pagar mais Cr\$ 1,64 de acordo com o estudo que eu tenho e que irei me aprofundar?

Então eu parablenizo Vossa Excelência com relação ao seu pronunciamento e também me solidarizo com o Jornalista Renato Schaitza, em parte da sua matéria, discordando apenas em relação ao Banco do Estado, que sei que o Banco do Estado está seguindo as diretrizes de um governo sério, do Governo Álvaro Dias. E discordar plenamente dele nesse assunto, e dizer que Vossa Excelência tem razão. Equivoquei-me em pensar que Vossa Excelência fazia parte, como empresário do transporte coletivo, agora quero dizer a Vossa Excelência, que o Prefeito Roberto Requião, realmente está passando as mãos pelos pés, e eu virei a esta Casa, mesmo que discordando do companheiro Caíto Quintana, dizer que não é fórum. Eu acho que é um fórum, porque um colapso em Curitiba significa também um

colapso no Estado do Paraná.

Eu acho que tem que se baratear o custo da passagem para os passageiros, e não se elevar em 1.64, como está sendo feito nas compras dos ônibus para o Município de Curitiba.

Está saindo do bolso de cada um, está saindo do bolso do Vicente, que está sentado ali, do Ezequias e de muitas outras pessoas que não podem pagar a passagem de ônibus, como alguns da classe média.

Eu parablenizo Vossa Excelência pelo seu pronunciamento.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

Senhor Presidente, eu encerro, porque eu não quero discutir aqui o problema em si, que é o gerenciamento do Transporte Coletivo de Curitiba, que aqui realmente não é o fórum adequado.

Mas o meu objetivo ao vir a esta Tribuna, era para dizer, que, embora concorde no mérito com o requerimento, eu votarei contrariamente, porque acho que a Mesa não poderia nem ter recebido o requerimento.

Mas o objetivo maior, era fazer a defesa pública, para que os Anais registrem da defesa, da honra de um homem que tem honrado a sua classe que é a classe do jornalismo profissional, e que jamais alugou a sua pena.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Para discutir)

Senhor Presidente, Senhores Deputados, disse o Deputado Caíto Quintana, que este não é o fórum para se discutir problemas de Curitiba.

Eu entendo que esta Casa, existe para discutir os problemas do Paraná, e aqui discutem-se problemas de Cascavel, de Londrina, de Maringá, e evidentemente, Curitiba, não pode ficar de fora, além do que é a Capital do Estado.

E mais do que nunca, eu e o Deputado Rafael Greca os únicos Deputados nesta Casa eleitos com 90% dos votos por Curitiba, não podemos deixar de ocupar este fórum, para debates sobre problemas da Capital, senão, ficaremos sem o espaço para debatê-los, embora eu tenha o meu veículo de comunicação, onde diariamente defendo a minha cidade.

Agora disse, também, o Deputado Caíto Quintana, que esta Casa não poderia ter recebido este requerimento.

Eu faço lembrar à Bancada do PMDB, que há duas semanas atrás, um requerimento do Deputado Pedro Tonelli, com relação à situação dos lixeiros, dos garis de Curitiba, da Terpa Lipater, foi aceito pela Mesa, inclusive com pronunciamentos favoráveis até de Deputado do PMDB. Então, já há uma jurisprudência na Mesa desta Casa.

Portanto, não se poderá alegar o não

direito de receber este requerimento, este pedido de informações, além do que, como já bem disse o Deputado Rafael Greca, o mais importante neste requerimento, é com relação ao Banco do Estado do Paraná.

Vejam bem, o Prefeito Roberto Requião, quando nós, ainda Vereadores por Curitiba, existiam na Câmara Municipal, os Conselhos internos, e eu Vereador na época, Rafael Greca, Vereador José Felinto, Vereador José Maria Correia, Vereador Neivo Beraldin, lembramos desses Conselhos. Havia o Conselho da Cohab, havia o Conselho do Transporte Coletivo, havia o Conselho da Saúde, o Conselho da Habitação. Quando o Prefeito Roberto Requião, assumiu a Prefeitura ele eliminou todos esses Conselhos, desapareceram os Conselhos.

Então, vejam bem, parece-me que o Prefeito Roberto Requião no que pese, possa ter, até, boa vontade de querer acertar, infelizmente em relação ao transporte coletivo está devendo muitas explicações ao povo de Curitiba. E nós somos testemunhas disso, pelo que nós vemos diariamente com o que está acontecendo com o transporte coletivo na Capital do Estado, completamente deteriorado. E vejam que o testemunho mais importante foi este dado agora há pouco aqui pelo Deputado Erondy Silvério. É um dos homens ligados ao transporte coletivo e veio confirmar aquilo que toda população diz, que está deteriorado o transporte coletivo em Curitiba.

Então, ele tem que ser debatido, precisa ser discutido. E como eu, o Deputado Rafael Greca, eleitos repito, com 90% dos votos por Curitiba, se não discutirmos nesta Casa, vamos discutir aonde? No coreto da Boca Maldita. É o que resta pelo jeito.

Queria dizer ainda, que não são à toa as discordâncias com o Prefeito Roberto Requião que até mesmo na Câmara Municipal, o prefeito acabou desmontando a Bancada do PMDB e agora mais recentemente os seus principais seguidores que lá ficaram, os Vereadores Valdir D'Angelis, Aziel Pereira e Marlene Zanin, romperam com o prefeito. E ontem ainda, me confidenciavam que o Vereador Valdir D'Angelis teria feito o pronunciamento contundente rompendo as suas relações com o Prefeito Roberto Requião. Evidentemente, por não concordar com as atitudes tomadas pelo prefeito, visto porque o prefeito em determinadas ocasiões quer cobrar muito de uns e nada de outros.

O Prefeito Roberto Requião até hoje, não disse por que é que não pediu ainda a prisão administrativa do Senhor João Alberto Trevisan Filho que deu um desfalque de mais de 25 milhões de cruzados na Cohab de Curitiba. Até hoje essa explicação não veio.

Quero, também, aqui defender a impar-

cialidade, a integridade, a honestidade do Jornalista Renato Schaitza que já foi, em tempos passados, vítima da violência dessa cidade quando foi vítima de um assalto. E cumprimentar, também, de público a Jornalista Elizabete Castro, do "Correio de Notícias", porque ela foi até o restaurante saber como é que se processou o jantar entre o Prefeito Roberto Requião e os empresários.

Ela diz que como entrada, Scargot; depois filé mignon e como sobremesa pera ao vinho tinto. Este foi o cardápio da "Noite das Catracadas". O famoso jantar do dia 14 de abril no restaurante Araucária.

O Sr. Rafael Greca - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deve ter sido outro jantar, porque o menu do jantar que reporta o Renato Schaitza fala em: Lagosta ao Termidor, Vodka Russa e Vinho Francês.

Este outro jantar era um jantar com crustáceos, esse do Renato Schaitza, o da senhorita é um jantar com carne.

De maneira, que parece que o prefeito e os empresários de transporte coletivo em vez de percorrêrem os terminais do Pinheirinho, Vila Hauer, do Boqueirão, do Capão Razo, do Capão da Imbuia, da Vila Centenário, de Santa Efigênia, de Santa Cândida, esses terminais todos que o Jaime Lerner fez, eles estão é se dedicando a um verdadeiro roteiro gastronômico de fazer inveja ao "Guide Bleu" e ao "Guide Michelin", francês.

Acho mesmo que o prefeito deve ser agora, de acordo com as afirmações desses dois jornalistas imediatamente escalado para fazer o "Guia 4 Rodas" dos restaurantes de Curitiba. Ele e o Senhor João Simões. Os dois.

O SR. ALGACI TÚLIO - Bem, este jantar que pode não ser do Renato Schaitza, mas é o da Jornalista Elizabete Castro, foi no dia 14 de abril no Restaurante Araucária.

Bom, e diz aqui a matéria, que ele sentou-se à mesa com o presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros, Dante Francheschi, o Secretário João Simões para conversar sobre transporte coletivo, mas terminaram ouvindo uma proposta de suborno, segundo denunciou o prefeito, os empresários teriam oferecido o financiamento da campanha do PMDB, nas próximas eleições, caso Roberto Requião aprovasse a aquisição de 1.300 catracas, por um preço muito acima do licitado pela URBS, uma diferença de R\$ 120.184.000,00 que deveria passar despercebida.

O prefeito foi o primeiro a chegar, junto com seu motorista, e logo depois, seus convidados, o Deputado Acyr Mezzadri

e o Secretário Municipal de Cultura, Carpes Marés. No bar encontraram os dois empresários e a conversa começou. Enquanto Requião, segundo testemunhou o responsável pelo restaurante, bebia apenas 1/2 garrafa de Kaiser, os empresários regados a vodka russa e whisky importado, foram, aos poucos, entrando no assunto. De acordo com o Prefeito, o pequeno canalha, e competente profissional da corrupção, João Simões, e o grande pilantra e administrador de subornos, Dante Francheschi, começaram falando da proximidade das eleições, continuaram com o alto custo do processo e terminaram com a disposição de arcar com as despesas sob condições, ou seja, desde que o prefeito concordasse com o preço das catracas.

Quando passaram à mesa de canto, número 9, o prefeito continuou tomando um copo de Kaiser, foram três 1/2 garrafa ao todo, conforme observou o responsável pelo restaurante, e os empresários partiram então para o vinho francês, duas garrafas, mas o tom de conversa já havia mudado, e tomou conta o prefeito. Ele já dizia aos companheiros de mesa que jamais aceitaria tal proposta. Enquanto isso, o garçom estava tendo problemas com alguns dos convidados, que não sabiam se comportar à mesa e foram classificados como criadores de caso, pelo responsável do restaurante.

Os números que o Prefeito Roberto Requião não aceitou são estes: - Enquanto a URBS, através de licitação pública recebia uma oferta da empresa Control de vender cada catraca por Cz\$ 150.751,00, o Sindicato tentava convencer o Prefeito, segundo ele acusa, de que uma catraca por Cz\$ 225.200,00 era um negócio vantajoso. As tais catracas, seriam adquiridas da empresa Wolpac, com a qual os empresários já haviam assumido um compromisso de Cz\$ 120.184,00. As catracas dos empresários custariam, no total Cz\$ 326.560,00 e as da URBS Cz\$ 208.370,00, que seria creditado na campanha do PMDB, denunciou o Prefeito.

Agora, segundo afirma o Secretário Municipal de Transporte, Stênio Jacob, a empresa Wolpac procurou a URBS para fazer o preço da concorrência. Mas, o Prefeito não esqueceu aquela noite e nem os empresários, que negaram a tentativa de suborno e acusaram Requião de ter bebido demais. Foram eles que pagaram a conta de quase 20.000,00 cruzados, que está nos arquivos do Hotel, mas o responsável pelo restaurante insiste em destacar que, em relação ao álcool consumido nas mais de 4 horas de jantar o prefeito quase não deu despesa".

Então, está aí, minha gente, é um assunto importante, e nós precisamos discutir nesta Casa. Eu apelo aos componentes da Bancada do PMDB para que a gente possa também deixar bem esclarecida a posição do

Banco do Estado do Paraná, e agora como já disse ontem, com nova direção, mais tranquila em relação a esse possível negócio que teria sido feito com a Prefeitura e com o Presidente anterior do Banco do Estado o Paraná. Por isso, nós apelamos para que votem favorável a este Pedido de Informações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrada a Discussão a Mesa vai deixar de colocar em votação o requerimento, considerando que há o sigilo bancário, mas encaminhará o requerimento, como sugestão ao Banco do Estado. Se o Banco do Estado quiser informar, informará, se não quiser, não informará.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Eu queria solicitar a Vossa Excelência neste momento, também, que junto com este requerimento que a Casa vai encaminhar à Direção do Banco do Estado, que encaminhasse, também, as cópias taquigráficas dos pronunciamentos a respeito deste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa acha inconveniente a anexação das cópias taquigráficas. Vai encaminhar o requerimento da forma que foi redigido, sem as notas taquigráficas.

Requerimento de nº 845, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 860, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 859, de autoria do Senhor Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente de sessão anterior. Em votação.

O SR. NILTON BARBOSA - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Para encaminhar a votação o Deputado Nilton Barbosa.

O SR. NILTON BARBOSA - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Meu encaminhamento é apenas para esclarecer o trabalho que vimos desenvolvendo em benefício da nossa região. Não com isso, obviamente, querendo discordar que o nobre Deputado Alexandre Ceranto faça as suas reivindicações. Mas, não poderia deixar que este requerimento, que se refere a problemas de segurança no Município de Iporã, onde tivemos a honra de ser o Deputado mais votado, e por consequência ser

o seu representante nesta Casa, dizer ao Deputado Alexandre Ceranto que as providências estão sendo tomadas. Já tem decreto em mãos do Senhor Governador para ser assinado, elevando a Delegacia de Iporã de Delegacia normal para Delegacia Regional, onde, por consequência virá aumento de contingente, de viaturas, inclusive de melhorias do próprio prédio.

Com relação, aproveitando a oportunidade, já que eu estava sem som na hora da discussão, ao Hospital de Umuarama nós já temos requerimento, também, há tempos aqui nesta Casa, e com o encaminhamento feito ao Ministro da Saúde, ao INAMPS e já com resposta em nossas mãos.

Nós não poderíamos deixar, nesta oportunidade, de levar ao conhecimento do Deputado Alexandre Ceranto, por sermos o representante de Iporã nesta Casa, e ao lado do Deputado Nelson Vasconcellos, temos a satisfação, também, de ajudar a representação de Umuarama.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) O pronunciamento de Vossa Excelência será anexado ao requerimento do Deputado Alexandre Ceranto.

O SR. BASÍLIO ZANUSO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra o Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Apenas para dizer a esta Casa e ao Deputado Alexandre Ceranto, que nós sabemos que o ilustre Deputado Nilton Barbosa tem a representação do Município de Iporã, mas não impede que esta Casa manifeste o desejo do Deputado Alexandre Ceranto em, também, contribuir para o progresso daquela cidade que tem uma economia pujante e que pesa demais na economia paranaense.

Portanto, sabedores que somos da representação de Nilton Barbosa naquele município, tem, também, o Deputado Alexandre Ceranto, a sua representação em toda aquela região de Umuarama.

Portanto, o Deputado Nilton Barbosa prestará mais um grande e relevante serviço a sua região votando no pedido do Deputado Alexandre Ceranto.

Era só.

O SR. NILTON BARBOSA - (Pela ordem)- Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. NILTON BARBOSA - É exatamente a nos-

sa posição, Deputado Basílio Zanusso. Nós enalteçemos a posição do Deputado Alexandre Ceranto, concordando com as suas reivindicações, tão somente dissemos, que nós já havíamos entrado com requerimento no ano passado, inclusive nesta Casa, onde já temos resposta dos Ministros, dos Ministérios, onde temos resposta da Secretaria de Segurança Pública, com relação a Iporã.

Agora, concordo plenamente e tem meu voto o requerimento do nobre Deputado Alexandre Ceranto. Porque todo o requerimento que beneficie a nossa região, e que beneficie o nosso Estado, tem o nosso apoio, tem o nosso aval.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - (Para encaminhar) Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra Vossa Excelência.

O SR. ALEXANDRE CERANTO - Prezado companheiro, Deputado Nilton Barbosa, fico muito agradecido pelo seu apoio, mas desde o ano passado, também, fiz esse requerimento a Sua Excelência o Senhor Secretário de Segurança, para a praça de Iporã, aonde Vossa Excelência foi o mais votado. Concordo com você, eu, também, recebi voto lá.

Mas, inclusive, agora, você faz parte da segurança junto conosco, junto com o Coronel Raul Lopes, Deputado, que é o nosso Presidente. Inclusive, eu entreguei o telex ontem, que eu recebi de Iporã, pedindo providência a esta delegacia, para que possa realmente atender aquela população. De qualquer maneira eu fico muito agradecido pelo apoio, também, a Umuarama, quando nós estamos pedindo para que o BADEP mande recursos para lá para que Sua Excelência, o Prefeito, possa conseguir comprar mais equipamento para nossa cidade. O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Em votação. Aprovado.

Requerimento de n. 880, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Em votação.

A Mesa decidirá oportunamente o requerimento do Deputado Erondy Silvério. Ao Senhor 1º Secretário.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.
285/87
e do Projeto de Resolução n. 49/87

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns.
09/88, 12/88, 17/88, 19/88, 24/88,
27/88

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Comple-
mentar n. 104/88
e dos Projetos de Lei ns. 323/87,
22/88, 28/88, 34/88, 51/88, 52/88, 62/88,
83/88, 103/88, 105/88, 117/88

Levanta-se a sessão.